

PODERES ADMINISTRATIVOS

Prof. Rodrigo Cardoso

@rodrigocardosooficial01

PODERES ADMINISTRATIVOS

Carvalho Filho conceitua os poderes administrativos “como o conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins”.

São deveres do administrador público, entre outros

- 1) dever de eficiência;
- 2) dever de probidade;
- 3) dever de prestar contas;
- 4) poder-dever de agir

A respeito dos poderes e dos atos administrativos, da administração direta e indireta e dos agentes públicos, julgue o item.

(QUADRIX 2022/SEDFPROFESSOR) Embora a expressão “poder administrativo” sugira que a Administração Pública tem a faculdade de execução de atos, por se tratar de poder-dever, os poderes são irrenunciáveis e devem ser exercidos.

Gabarito: certo

Julgue o próximo item, a respeito dos poderes e deveres do administrador público.

(CESPE 2018/FUB/ADMINISTRAÇÃO) O poder do administrador público — que constitui, ao mesmo tempo, dever para com a comunidade — é irrenunciável pelo seu titular.

Gabarito: certo

PODER VINCULADO

PODER DISCRICIONÁRIO

No que se refere aos poderes e deveres do administrador público, julgue o item.

(QUADRIX 2019/CRO-GO/ADMINISTRAÇÃO) Se, diante de certas situações, a lei possibilita que o administrador público defina algum aspecto do conteúdo ou do objeto do ato administrativo, há o exercício do poder discricionário.

Gabarito: certo

(IESSES 2019/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ-SC/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO) É exercido pelo agente público sem margem da liberdade, porque a legislação define previamente todos os aspectos relacionados com a expedição do ato. Assinale a alternativa correta a qual poder administrativo esse texto se refere:

- a) Poder disciplinar.
- b) Poder de tutela.
- c) Poder discricionário.
- d) Poder vinculado.

Gabarito: d

(FGV 2019/PREFEITURA DE SALVADOR-BA) Mário, Guarda Civil Municipal de Salvador, exerce o cargo de chefe de determinado departamento da Guarda Civil. No regular exercício de suas funções, Mário determinou à dupla de guardas civis João e Maria que, naquele dia, atuassem exclusivamente na segurança do cidadão nos órgãos e entidades da Administração Municipal, em instalações externas e na via pública X. No caso em tela, Mário pôde avaliar a conveniência e a oportunidade da prática do ato administrativo, ao escolher qual atividade seria desenvolvida pelos servidores naquele dia. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação dos atos administrativos quanto ao critério da liberdade de ação, Mário praticou um ato administrativo

- a) arbitrário
- b) discricionário
- c) de polícia.
- d) regulador
- e) disciplinar

Gabarito: b

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

(CESPE 2022/SEE-PE/PROFESSOR) O poder discricionário do administrador público é limitado pela lei e pelos princípios da administração pública, em especial os da proporcionalidade e da razoabilidade.

Gabarito: certo

(IADES 2019/CRF-TO/ADMINISTRAÇÃO) O poder administrativo que permite certa flexibilidade nos próprios atos, conforme critérios de conveniência e oportunidade, a bem da administração pública, é o poder

- a) vinculado.
- b) de polícia.
- c) discricionário.
- d) hierárquico.
- e) regulamentar

Gabarito: c

Julgue o item subsecutivo, a respeito dos poderes da administração pública.

(CESPE 2018/IFHAN) Poder discricionário corresponde à prerrogativa do gestor público de avaliar a conveniência e a oportunidade de praticar determinado ato administrativo.

Gabarito: certo

(CESPE 2022/PC-RO/ESCRIVÃO DE POLÍCIA) A prerrogativa da autoridade pública competente de eleger, entre as condutas possíveis, a que represente maior conveniência e oportunidade ao interesse público decorre do poder

a) discricionário.

b) finalístico.

c) controlador.

d) vinculante.

e) impessoal.

Gabarito: a